

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: nas trilhas do desafio

Else Benetti Marques Válio*

RESUMO

VÁLIO, E. B. M. Ciência da Informação na Pós-Graduação: nas trilhas do desafio.

Trans-in-formação, 5 (1,2,3), 1993.

A partir da discussão da história da Pós-Graduação no Brasil, analisa a política de pesquisa em cursos de Pós-Graduação, em Ciência da Informação.

Palavras-chave: Pós-Graduação em Ciência da Informação. Pesquisa na Pós-Graduação. Política de pesquisa.

Começo esta reflexão procurando na história da Pós-Graduação no Brasil, capinando no texto de GRACELLI & CASTRO (1985), as raízes desse nível de ensino para poder entender o caminho traçado pela Ciência da Informação na academia.

A história da Pós-Graduação brasileira inicia-se um século depois da Pós-Graduação norte-americana e distingue-se por três momentos: as décadas de 50 e 60 caracterizam o primeiro período, que visou essencialmente a formação do pessoal docente das Universidades; o período intermediário foi o que realmente criou e implantou os Programas de Mestrado e Doutorado e, por último, nos anos 80, aconteceu o amadurecimento da pesquisa.

A definição dos objetivos da Pós-Graduação foi determinada pela lei 5.540/68, que assim expressa:

(*) Docente do Depto. de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP.

"a) formar professores para o ensino superior: b) preparar pessoal de alta qualificação para as empresas públicas e particulares; estimular estudos e pesquisas que sirvam ao desenvolvimento do país" (GRACELLI & CASTRO, p. 190).

Esses objetivos, na verdade, manifestaram as diretrizes das políticas da Pós-Graduação implantadas no país, endereçando inclusive para os destinos do desenvolvimento científico e tecnológico.

Em sendo esse o pleito da Pós-Graduação, pergunto quais são as questões que foram engendradas pela comunidade universitária para estabelecer-se uma política de pesquisa que realmente atenda aos anseios da academia e da sociedade? Se a expectativa de definição de políticas foi colocada nas mãos dos docentes pesquisadores e essa postura exige respostas a questões temáticas, como elas podem ser alcançadas no isolamento da pesquisa e do ensino individual dos acadêmicos da Ciência da Informação? Que mecanismos de política e de ensino as universidades públicas e, nós, das universidades particulares, temos gerado o conhecimento para podermos co-participar das políticas governamentais de promoção da ciência e tecnologia? Como a tão esperada Lei de Diretrizes e Bases enfoca a participação da comunidade acadêmica?

Para responder tais questões, assumo primeiramente o conceito de universidade como sendo "um lugar de criação, preservação e transmissão de conhecimentos científicos, cabendo-lhe também, atualmente, a preparação de profissionais altamente qualificados" (DALLARI, 1985, p. 7). Acrescento dizendo que a competência da universidade é a formação de profissionais capacitados, a da Pós-Graduação, altamente capacitados, tanto no aspecto acadêmico como no empresarial.

Para a formação de mestrandos e doutorandos, as universidades oficiais e as particulares têm recebido das agências de fomento: FINEP, CAPES, CNPq e FAPESP (em nosso Estado) financiamento para as pesquisas.

A FINEP foi estabelecida para financiar projetos de grande porte, dos quais participam grupo ou grupos de pesquisadores de mesma área ou de áreas afins. As outras agências têm concentrado, ultimamente, suas políticas de distribuição de benefícios também nos projetos integrados de pesquisa. Se por um lado tais políticas facilitam a interação entre os pesquisadores, por outro têm cerceado a escolha dos temas a serem investigados, uma vez que as agências vêm estabelecendo prioridades quanto as áreas de pesquisa.

Desse modo pode-se dizer que a política governamental direcionou a pesquisa no país para os estudos interdisciplinares.

Esse procedimento, embora restrito a determinadas prioridades, cumpriu uma postura já previsível em "La Condition postmoderne", de Lyotard, de 1979, no momento em que os "diferentes diagnósticos disciplinares recebem uma confirmação interdisciplinar" (CONNOR, 1992, p. 14)

Como se nota, o momento do docente pesquisador é de canalizar a produção do saber para os estudos interdisciplinares, pois pesquisas acadêmicas e atividades de ensino na Pós-Graduação não podem ignorar as políticas das agências de fomento, pois sem elas nenhum Programa de Mestrado ou Doutorado, seja ele oficial ou particular, sobreviverá. E no meu olhar, o procedimento mais correto para a aquisição e produção de conhecimentos na universidade está fundamentalmente nos estudos interdisciplinares.

Se coloco como princípio básico que as exigências do momento, com relação ao **fazer o saber** desse fim de século, estão pontuadas pelos multiângulos de visões das diferentes áreas do conhecimento, como, então, caracteriza-se neste contexto a Ciência da Informação?

Quero crer que a busca e a produção de conhecimentos, hoje, não podem ser desenvolvidos e alcançados se um único pesquisador ou pesquisadores de mesma área pretendem dar conta de todo o saber de uma determinada indagação a ser perseguida. A interdisciplinaridade, portanto, não se restringe à soma de conhecimentos resultante de adição de partes, mas se apresenta como o global, o específico, o conjunto de toda a sintaxe de integração de cada disciplina. Dentro desse ponto de vista, como entender as atividades interdisciplinares nos Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação?

A resposta pode ser encontrada nas palavras de SILVA FILHO (1992, p. 141), quando afirma que "O trabalho interdisciplinar nas universidades é indispensável, antes de tudo, porque os problemas reais e concretos são interdisciplinares" e complementa sua posição dizendo que "estimular e organizar atividades interdisciplinares" é preciso "porque essa é uma imposição do extraordinário avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos nas últimas décadas".

No caso específico da Ciência da Informação, nada mais real do que a interdisciplinaridade ser o modo de produzir-se o conhecimento na área.

A discussão sobre ser a Biblioteconomia ciência (abro aqui um parêntese) já ocupou páginas de revistas e livros, como mostra ARAÚJO (1991). Citando análise de vários autores, a Autora reconhece que a Biblioteconomia "é carente de teorias e métodos científicos de pesquisas", compreendendo, portanto, ser "um conhecimento em construção" (p. 27). Assim, busca em outras áreas do conhecimento teoria e técnicas para construir seu próprio referencial teórico e metodológico. Esse modo de ser ciência, no entanto, considero uma virtude das ciências sociais por poder ter esse enriquecimento e essa possibilidade de ser interdisciplinar.

Se, como diz VARGAS (1994), "a comunidade científica e tecnológica - representada por universidades, centros de pesquisa e de desenvolvimento públicos e privados, bibliotecas, indústrias, escolas etc. - passa a usufruir ferramentas que lhe permitem tonar disponíveis os seus produtos e serviços de informação" e se o objeto de estudo da Biblioteconomia e Ciência da Informação é a própria informação, esta é a área por excelência para gerenciar esses produtos e recursos (GRI) na multidisciplinaridade de conhecimentos.

Acredito ser justamente essa a possibilidade da Ciência da Informação romper com os redutos de isolamento que poderá produzir, através de posturas conjuntas, marcadas pela interdisciplinaridade, o conhecimento científico e tecnológico. É, portanto, urgente firmar fortemente a presença universitária em blocos interdisciplinares, tanto nas atividades de ensino como nas de pesquisa. Com essa atitude é bem possível conjugar para os cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação um maior interesse do governo federal às questões da área.

Aqui não estou propondo um patrulhamento da área, mas tão somente um posicionamento acadêmico-político da Ciência da Informação.

Quanto ao desenvolvimento do ensino, sugiro que os currículos fechados em disciplinas obrigatórias sejam revistos. Se acreditamos em crescimento acadêmico na garantia interdisciplinar para a viabilização da ciência brasileira e crescimento industrial e empresarial, a meta a ser perseguida coloca as atividades de interface das ciências em primeiro plano, sedimentando o cumprimento de

programas interdisciplinares, oferecidos em cada um dos cursos da Ciência da Informação.

Com esse ponto de vista, e é por ele que defendo essa minha fala, o corpo docente dos Programas de Pós-Graduação precisa refletir sobre a estrutura de seus currículos, muitas vezes fechados em disciplinas obrigatórias, deixando a eleição de optativas restrita a um rol de poucas, ainda departamentalizando o conhecimento. Tal procedimento pode limitar a liberdade de opção do orientador e orientando. Questões de pesquisa, às vezes, demandam de mestrandos e doutorandos formação multidisciplinar que as experiências de graduação de uma determinada área de conhecimento e aquelas que possam ter sido vivenciadas no desempenho da profissão não conseguem atender. É no espaço, por excelência, da Pós-Graduação que a prática da pesquisa multidisciplinar pode ser efetiva.

A pretensão não é de formar um profissional generalista, mas docentes/pesquisadores competentes, que possam articular temas de pesquisas com as diferentes áreas do conhecimento. Profissionais que saibam entender e estabelecer a diversidade de interfaces em especialidades do saber e consigam desenvolver projetos integrados interdisciplinares.

O objeto de pesquisa é multifacetado. Os estudos de Inteligência Artificial têm envolvido equipes de lingüistas, psicólogos, analistas de sistemas, cientistas da informação, biofísicos, médicos, bioquímicos e outros mais profissionais, certamente.

A área da Ciência da Informação completa-se em trabalhos com profissionais da Sociologia, da Psicologia, de Letras, e tem buscado também na Educação, na Informática, na Administração, na Psicolingüística (e outras) a aprendizagem conjunta indispensável às atividades acadêmicas.

Por não ter tido informações analíticas sobre o problema emergente que ora me domina, pergunto, e deixo como desafio, para respondermos juntos, se a premência de estudos interdisciplinares nos Programas de Pós-Graduação é causa ou conseqüência do próprio avanço das ciências e da tecnologia hoje? E se uma prática efetiva de atividades acadêmicas multidisciplinares poderá auxiliar o desenvolvimento científico e tecnológico do país?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. (1991) A subjetividade enclausurada - o discurso científico na biblioteconomia. **Informação e Sociedade: estudos**. UFPA, Deptº de Biblioteconomia e Documentação, v. 1, n. 1.
- CONNOR, Steven. (1992) **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo, Loyola.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. (1985) Universidade, Estado e Autonomia. **Ciência e Cultura**, SBPC, v. 37, n. 7, julho.
- GRACELLI, Aldemir & CASTRO, Claudio de Moura. (1985) O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. **Ciência e Cultura**, SBPC, v. 37, n. 7, julho (Suplemento), p. 188-201.
- SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e. (1992) Lições e problemas da universidade (Entrevista). **Estudos Avançados**, USP, v. 6, n. 15, pp. 131-45.
- VARGAS, José Israel. (1994) A informação e as redes eletrônicas. **Ciência da Informação**, IBICT/CNPq, v. 23, n. 1, jan/abr., p. 7-8.

ABSTRACT

VÁLIO, E. B. M. Information Science Postgraduate Program: facing the challenges.

Trans-in-formação, 5 (1, 2, 3), 1993

This paper analyses the research police in Information Science Postgraduate Program, from the discussion of the Postgraduate history in Brazil.

Key-words: Information Science Postgraduate Program. Postgraduate research. Research police.